



A IMPORTÂNCIA DA LEI DA FICHA LIMPA NO COMBATE À CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA POLÍTICA BRASILEIRA.

Autor(res)

Renata Apolinário De Castro Lima
Eniliane Andrade Silva
Luciana Leal De Carvalho Pinto
Hugo Malone Xavier Couto E Passos
Joyce De Andrade Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

Historicamente o Brasil enfrenta problemas de corrupção e pouca confiabilidade em seus governantes. Uma democracia possibilita mudanças em leis e normas com que funcionam as instituições políticas e a economia de um país, a partir das demandas que vão surgindo. Essas mudanças se tornam necessárias visando a melhoria da democracia e sem dúvidas uma dessas melhorias é a LC nº 135/2010, sendo essa o marco teórico deste trabalho. Essa lei foi ponto referencial de mobilização social no Brasil em busca de uma política pública mais transparente e esse foi um dos fatores importantes para que ela entrasse em vigor, tornando assim os critérios para elegibilidade mais vigorosos.

Objetivo

Tendo em vista os períodos políticos instáveis e polarizados, esse trabalho tem como objetivo evidenciar a importância da LC nº 135/2010 no cenário atual brasileiro, mostrando seu avanço no que se refere a transparência e combate à corrupção da política nacional.

Material e Métodos

O método utilizado para este estudo é uma revisão bibliográfica, embasada na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), e artigos científicos, no qual buscou-se artigos pertinentes ao tema, através dos descritores: "Política brasileira", "Inelegibilidade", "transparência". Seguindo os parâmetros exigidos pelo "IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica" e pelo "27º Encontro de atividades científicas (EAC)".

Resultados e Discussão

A LC 135/2010 é um marco de mobilização social brasileira, permitindo que a população submeta projetos de lei ao Legislativo. Sendo Exemplo de democracia semidireta, alinhada ao princípio de que "todo poder emana do povo" (Brasil, 1988).

IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



Entretanto, o cenário é desafiador, seja por falta de informação e transparência, desinteresse populacional em participar ativamente na política. Para melhorar o

engajamento político, é necessário promover educação cívica e fortalecer a participação social.

Essa Lei visa moralizar a vida pública e combater a corrupção, sendo um avanço democrático, apesar das tentativas de deslegitimação. O Supremo Tribunal Federal confirmou que as inelegibilidades estabelecidas pela lei não violaram o princípio da presunção de inocência. Mesmo que a política brasileira esteja evoluindo em direção à transparência, existem falhas na execução da lei, exigindo esforços para garantir sua efetividade e a democratização do sistema político.

Conclusão

Esse artigo conclui que se faz necessário um projeto para mobilização social, e cumprimento, de fato, das leis vigentes do nosso país, para assim evoluir o cenário de combate à corrupção e transparência. A lei da ficha limpa pode evoluir, se tornando mais severa e eficiente, com auxílio do Supremo Tribunal Federal (STF) e com uma população mais consciente, pode almejar grandes avanços políticos nacionais.

Referências

PLANALTO..Lei complementar nº 135, de 4 de Julho de 2010. Brasília, jul, 2010, Disponível em: Lcp 135 (planalto.gov.br) Acesso em: 26 de Setembro. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 26 de Setembro. 2024.